

Fim de índices promete disputa

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — Para evitar que a medida provisória (MP) da desindexação da economia seja totalmente desfigurada e reapareçam os mecanismos de reposição automática dos salários, a liderança do governo no Congresso vai usar, amanhã, um velho expediente: o esvaziamento das sessões destinadas a votar a medida. O governo quer negar quorum para a votação do relatório do senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), nesta segunda-feira.

Para o relatório ser votado, basta que oito parlamentares, dos 14 existentes na Comissão, compareçam à sessão. "Vamos definir nossa estratégia na segunda de manhã, mas dificilmente haverá quorum", aposta o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES).

De fato, o próprio Coutinho Jorge reconhece que reunir oito parlamentares numa segunda-feira, em Brasília, é tarefa quase impossível. "Não me importo: cumprirei o dever de concluir o relatório dentro do prazo. Se não houver votação, encaminharei meu parecer ao plenário do Congresso para ser votado até o dia 29, antes que o governo reedite a MP mais uma vez", avisa.

Não satisfeito com as mudanças já feitas pelo governo na MP original da desindexação (fim da obrigatoriedade do mediador nas negociações trabalhistas e do conceito de produtividade por empresa), o relator quer quebrar a espinha dorsal da desindexação. Ele recriou, no seu relatório, o reajuste automático, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para quem ganha até três salários mínimos (R\$ 300).

Os salários acima desse valor receberiam 80% do INPC anual. Essas regras vigorariam num primeiro ano. No segundo, a faixa até três mínimos receberia 80% da inflação e as demais 50%.

"Essa regra beneficia poucos porque apenas 26% dos trabalha-

dores com carteira assinada recebem até três mínimos. Se considerarmos todo o conjunto dos trabalhadores, apenas 8% seriam protegidos", critica o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, que vem sendo assessorado pelo economista José Márcio Camargo, professor da PUC do Rio que simpatiza com o PT, mas fecha com o governo quando o assunto é desindexação salarial. "Não há como proteger apenas um pedaço da escala salarial. Essa proposta vai permitir que a inflação continue", ataca Paiva.

Campeão de emendas à MP da desindexação, com 54 sugestões, o deputado Paulo Paim (PT-RS), cita experiências internacionais na defesa de que se alcance a livre negociação de forma gradual. Na Itália, vigorou um gatilho salarial até que a inflação caísse para 8% ao ano e, aí sim, se passasse para a livre negociação. Na Espanha e em Israel, antes de chegar lá, trabalhadores, governo e empresários firmaram um pacto social.

"O Brasil é o único país do mundo em que o capital continua indexado enquanto os salários não", garante Paim. O ministro Paulo Paiva rebate esses argumentos. Segundo ele, de junho de 1994 a maio de 1995, os salários dos trabalhadores com carteira assinada subiram, em termos reais (acima da inflação), 17%; daqueles sem carteira aumentaram 27% e dos trabalhadores por conta própria, 45%.

O governo não transige na questão dos salários, mas já admite beneficiar as empreiteiras e incorporadoras imobiliárias, modificando a MP e permitindo que essas empresas cobrem dos mutuários a evolução de seus custos de produção ocorrida ao longo de 12 meses. "É um estúpidez impedir essa cobrança porque, sem essa garantia, o construtor embute uma expectativa altíssima de inflação em seus contratos para evitar a incerteza", alega o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS).